

# Ministério das Comunicações

PROCESSO SELETIVO

NÍVEL SUPERIOR

## CADERNO DE PROVAS – PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
DISCURSIVA

NÍVEL IV

ÁREA DE FORMAÇÃO 10:

DIREITO

Aplicação: 29/11/2008

### ATENÇÃO!

- ▶ Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- ▶ Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos** e a prova **Discursiva**, confira o nível, o número e nome de sua área de formação e o seu nome transcritos acima e no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas e na **folha de respostas**.
- ▶ A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I **2/12/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II **3 e 4/12/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **7/1/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **8 e 9/1/2009** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **27/1/2009** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 – MC, de 23/9/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do mandado de segurança, julgue os itens subseqüentes.

- 51 O mandado de segurança, por ter como finalidade o combate a ato ilegal de autoridade pública, substitui com precisão a ação popular.
- 52 A competência para processar e julgar o mandado de segurança contra ato do tribunal de contas é do Superior Tribunal de Justiça.
- 53 O ato judicial contra o qual cabe recurso ou correição não é questionável por meio de mandado de segurança.
- 54 O pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo decadencial para o mandado de segurança.
- 55 Caso o ministro das Comunicações pratique ato administrativo no exercício de uma competência delegada pelo presidente da República, eventual mandado de segurança contra este ato será cabível em face do presidente, e não do ministro.

A respeito da dispensa e da inexigibilidade de licitação, julgue os itens que se seguem.

- 56 Considere que determinado ministério pretenda realizar uma pequena obra, orçada em R\$ 10.000,00. Nesse caso, a licitação é dispensável, em razão do pequeno valor, mas ainda que não esteja obrigado a licitar, caso queira, o ministério pode vir a realizar a licitação.
- 57 Entre as hipóteses de dispensa de licitação estão aquelas ocorridas em razão de situações excepcionais, em razão do objeto e em razão da pessoa.
- 58 Configura irregularidade a prática de realizar obras e serviços contratados sem licitação em razão do seu pequeno valor, mas que necessite futuramente de acréscimos, quando o valor somado da contratação inicial com o valor que será gasto com os acréscimos futuros resultar em valor total que exigiria licitação.
- 59 No que diz respeito aos valores que legitimam a contratação sem licitação, as sociedades de economia mista e empresas públicas, assim como as fundações ou autarquias qualificadas como agências executivas se submetem ao mesmo limite legal aplicável à administração direta.
- 60 As situações de emergência legitimam a dispensa de licitação, mas a falta de planejamento da administração que gera a urgência não é motivo aceitável para a contratação direta.

Julgue os itens a seguir quanto ao regime das empresas públicas.

- 61 As empresas públicas prestadoras de serviço público distinguem-se das que exercem atividade econômica. Em caso de empresa pública prestadora de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, como é o caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, esta deverá ser beneficiada com a extensão da imunidade tributária recíproca, que alcança impostos.
- 62 À Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, não é aplicável o privilégio da impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços, por expressa disposição constitucional que submete a empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

Julgue o item abaixo, relacionado ao regime das subsidiárias das sociedades de economia mista.

- 63 A criação de subsidiárias distintas da sociedade-matriz, em consonância com a Constituição Federal, exige autorização legislativa, ainda que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a sociedade de economia mista matriz.

Acerca da lei de improbidade administrativa, julgue os próximos itens.

- 64 Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei ou celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária.
- 65 Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- 66 As disposições da lei sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e que é conhecida como lei de improbidade administrativa, são aplicáveis não só a agentes públicos, mas também a particulares.

No que concerne à ação popular, julgue os itens subseqüentes.

- 67** Pessoa jurídica não possui legitimidade para propor ação popular.
- 68** Tratando-se de ação popular, o Supremo Tribunal Federal admite como regra sua competência originária, quando se irrogue a responsabilidade pelo ato questionado a autoridade como o presidente da República ou membro de órgão colegiado de qualquer dos poderes do Estado cujos atos, na esfera cível — como sucede no mandado de segurança — ou na esfera penal — como ocorre na ação penal originária ou no *habeas corpus* —, estejam sujeitos diretamente à jurisdição do STF.
- 69** A ação popular só se torna viável com a presença simultânea da ilegalidade e da lesividade do ato impugnado.
- 70** Quando a causa de pedir de uma ação popular enseja provimento mandamental que configura hipótese reservada à ação direta de inconstitucionalidade por omissão de medidas administrativas, a ação popular é descabida por estar fazendo o papel de ação direta de inconstitucionalidade.

A respeito do poder de polícia, julgue os seguintes itens.

- 71** O fundamento do poder de polícia é o princípio da predominância do interesse público sobre o particular.
- 72** O estado de direito desenvolveu-se com base nos princípios do liberalismo, em que a preocupação reinante era a de garantir a segurança pública ao indivíduo, mediante a forte intervenção do Estado para assegurar a ordem pública.
- 73** A noção de Estado de polícia se confunde com o poder de polícia, instrumento jurídico que frequentemente se realiza mediante o abuso de direito.
- 74** A polícia administrativa tanto pode agir preventivamente, a exemplo da atuação orientadora aos comerciantes sobre o risco de expor à venda produtos deteriorados ou impróprios para o consumo, como pode agir repressivamente, apreendendo os produtos vencidos dos estabelecimentos comerciais, por exemplo.
- 75** A polícia judiciária é uma expressão do poder de polícia da administração pública, sendo a primeira um gênero da qual o segundo é espécie.

Paulo, servidor público federal, lotado no Ministério das Comunicações, deixou de comparecer ao trabalho por mais de 15 dias sem qualquer justificativa. Seu superior determinou a instauração de comissão para apuração de falta disciplinar. A comissão processante adotou o rito sumário e realizou os trabalhos sem notificação de Paulo e sem que se realizasse seu interrogatório, tendo em vista a própria sumariedade do procedimento. Ao final, a comissão sugeriu a demissão de Paulo por inassiduidade habitual. O ministro de Estado das Comunicações entendeu incabível a sugestão da comissão e, com base em parecer da Consultoria Jurídica do Ministério, anulou o processo disciplinar.

A respeito da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 76** É incompatível a adoção do procedimento sumário para apuração da inassiduidade, pois esta pode resultar em demissão de Paulo.
- 77** A adoção do rito sumário dispensa o contraditório e a ampla defesa.
- 78** Agiu corretamente o ministro, pois não estava caracterizada a inassiduidade habitual.
- 79** Ocorreu, no caso, a figura do abandono de cargo, o que autorizaria o ministro a aplicar o princípio da fungibilidade da imputação.
- 80** O procedimento adotado pela comissão processante após a apresentação do relatório foi incorreto, pois deveria ela mesma ter realizado o julgamento e não ter enviado os autos ao ministro.
- 81** O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não pode exceder sessenta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.

Acerca das regras previstas pela Lei n.º 9.784/1999, que regulam o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens que se seguem.

- 82** Tendo em vista o princípio da oficialidade, o processo administrativo deve iniciar-se sempre de ofício, por iniciativa de servidor público.
- 83** O requerimento inicial que dará início a um processo administrativo, como regra, deve ser formulado por escrito, sendo possível a interessados particulares atuarem a partir de seu início.
- 84** É vedada à administração a recusa imotivada de recebimento de documentos oferecidos para integrar processos administrativos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- 85** Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.
- 86** Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

- 87** É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria, que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrerem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau, bem como aquele que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- 88** A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar, e a omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.
- 89** A suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau deve ser declarada pelo próprio servidor ou autoridade suspeita, e, ao contrário do impedimento, não pode ser argüida por aquele que possua a qualidade de interessado no processo.
- 90** Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável, cuja firma deverá ser sempre reconhecida para que não haja dúvida de sua autenticidade.

Uma nova lei, em regra, irá vigorar até que outra norma a revogue ou modifique. Dificilmente, entretanto, se poderá traçar de imediato a linha divisória entre o império da lei antiga e o da lei nova que a tenha revogado ou derogado. Assim, compete à Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), Decreto-Lei n.º 4.657/1942, disciplinar os conflitos espaço-temporais de leis.

R. Limongi França. *Instituições de direito civil*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 25 (com adaptações).

Acerca da aplicação da lei no tempo e no espaço, julgue os itens subseqüentes.

- 91** A lei em vigor terá efeito imediato e geral respeitados o ato jurídico, já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou, o direito adquirido e a coisa julgada.
- 92** Tanto a subsunção quanto a ab-rogação de uma norma configuram-se quando uma nova norma revoga integralmente a norma anterior.
- 93** Deixando de existir a norma revogadora, não se terá o convalidamento da norma revogada, pois, salvo disposição em contrário, a regra da legislação brasileira é que a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, ou seja, não há efeito represtinatório da lei anteriormente revogada pela lei revogadora.
- 94** Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei brasileira sempre que os bens imóveis estiverem situados no território nacional. Assim, a sucessão por morte de bens situados no Brasil obedece à lei brasileira independentemente do lugar de domicílio do *de cujus*, da nacionalidade de seus herdeiros ou das normas aplicáveis no país em que era domiciliado o defunto.
- 95** O prazo de *vacatio legis* é contado excluindo-se a data da publicação oficial e incluindo-se a data em que se vence o prazo, salvo se cair em domingo ou feriado, hipótese em que é prorrogado para o primeiro dia útil subseqüente.

Julgue os itens seguintes quanto à capacidade e os direitos de personalidade da pessoa natural.

- 96** Toda pessoa tem capacidade de fato, podendo, assim, ser sujeito de direitos e obrigações na ordem civil; porém, só poderá exercer pessoalmente os atos da vida civil quando atingir a capacidade civil plena.
- 97** Em se tratando de falecimento, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau terá legitimação para requerer que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- 98** Os direitos da personalidade são inatos a toda e qualquer pessoa, sendo certo que, com exceção dos casos previstos em lei, são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- 99** Nos termos da legislação em vigor, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- 100** Admite-se a emancipação de um incapaz com dezesseis anos completos, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, sendo que, logo após o ato, deve ser promovida averbação em registro público do instrumento que concedeu a emancipação.

Julgue os itens a seguir que versam acerca de domicílio.

- 101** O domicílio do marítimo é a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.
- 102** Supondo-se que um representante comercial exerça sua profissão em Goiânia, Anápolis e Brasília, e que possua residência em Brasília, é correto afirmar que cada uma das cidades é considerada domicílio quanto às relações concernentes à profissão.

Acerca das diferentes classes de bens, julgue os itens subseqüentes.

- 103** Consideram-se móveis, para os efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- 104** Supondo-se que a porta de uma casa foi provisoriamente retirada para realizar um conserto e, logo após, foi recolocada; é correto afirmar que, quando esteve fora da casa, a porta não perdeu o caráter de imóvel.
- 105** Embora as pertenças sejam classificadas como bens acessórios, os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- 106** Nas diferentes classes estabelecidas no Código Civil para bens, a herança é uma universalidade de fato, pois corresponde à um conjunto de bens singulares que pertenceu à mesma pessoa, constituindo-se como um complexo de relações jurídicas, de uma ou mais pessoas, dotadas de valor econômico e que se consideram *de per si*, independentemente dos demais.

Suponha que, em circunstância de perigo iminente, Pedro destruiu coisa alheia. Sabe-se que as circunstâncias tornaram absolutamente necessária a destruição da coisa, e que Pedro não excedeu os limites do indispensável para a remoção do perigo. A partir dessa situação, julgue os itens a seguir.

**107** A situação apresentada não constitui ato ilícito.

**108** Se o dono da coisa, na situação acima, não for culpado do perigo, assistir-lhe-á direito à indenização pelo prejuízo que sofreu.

Prescrição é a extinção de uma ação ajuizável, em virtude da inércia de seu titular, durante certo lapso de tempo, na ausência de causas preclusivas de seu curso. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

**109** O juiz não pode conhecer, de ofício, a prescrição, salvo se favorecer a pessoa absolutamente incapaz.

**110** A interrupção da prescrição dar-se-á em favor dos servidores públicos ausentes do País em serviço público da União, dos estados ou dos municípios.

**111** Nos termos preconizados no Código Civil, a interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica os demais coobrigados, mas a interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

**112** Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência convencional, mas se isso não ocorrer, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição.

**113** Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

Julgue os itens seguintes quanto às regras estabelecidas no Código Civil para a prova dos negócios jurídicos.

**114** A confissão é irrevogável, mas se provém de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados, é anulável.

**115** A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

A obrigação é um vínculo jurídico entre credores e devedores por uma prestação. A prestação pode ser de dar, fazer ou não fazer. Julgue os próximos itens com relação ao direito das obrigações.

**116** Suponha que em uma obrigação alternativa, por culpa do devedor, tornou-se impossível cumprir com qualquer das prestações e, conforme estabelecido entre as partes, o direito de escolha é do devedor. Nesse caso, o devedor ficará obrigado a pagar o valor do bem que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.

**117** As arras penitencias não admitem arrependimento; assim, se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as; se a inexecução for de quem recebeu as arras, poderá quem as deu ter o contrato por desfeito, e exigir sua devolução mais o equivalente, com atualização monetária, segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado e a parte inocente pode pedir, também, indenização suplementar, se provar maior prejuízo, valendo as arras como taxa mínima.

**118** Não há mora *solvendi* se não houver fato ou omissão imputável ao devedor, mas o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito, ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso. Isso só não ocorre se for provada isenção de culpa, ou que o dano sobrevenha ainda quando a obrigação for oportunamente desempenhada.

A sociedade limitada combina as vantagens das sociedades de capital e das sociedades de pessoas, o que dificulta o enquadramento puro em uma ou outra categoria.

Marlon Tomazette. **Direito societário**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003, p.157.

Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

**119** Na sociedade limitada, desde que estabelecida em contrato, admite-se a exclusão de um sócio pela quebra do *affectio societatis*.

**120** O capital social da sociedade limitada divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, podendo o capital social ser integralizado com bens, dinheiro ou prestação de serviços.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **trinta** pontos, sendo **dez** pontos para cada questão —, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os texto para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na página correspondente.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### QUESTÃO 1

O Ministério das Comunicações, após licitação regular, firmou com a empresa Delta Ltda. contrato de prestação de serviço de natureza contínua, de até 60 meses, incluindo cláusula de revisão do preço do contrato, que teve como parâmetro as variações salariais das categorias contratadas. A proposta vencedora foi apresentada em março de 2006 e o contrato foi firmado em maio de 2006. Em janeiro de 2007, a empresa contratada solicitou a alteração do valor do contrato tendo em vista a ocorrência do dissídio trabalhista das categorias profissionais objeto da referida prestação de serviço. A alteração requerida previu aumento salarial às categorias na proporção de 1,3%, o que gerou o aumento do gasto com pessoal.

Diante dessa situação hipotética, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ dissídio trabalhista dado como causa para revisão do contrato;
- ▶ conceituação, caracterização e diferenciação das figuras da recomposição e do reajuste de preços.

### RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 2**

Fernando, menor emancipado por outorga dos pais, causou grave dano a terceiro. No momento em que o referido dano ocorreu, Fernando encontrava-se sob a autoridade dos pais, com quem ainda reside, e acompanhado dos dois. Sabe-se que Fernando herdou recentemente de seu falecido padrinho considerável patrimônio, que lhe tem conferido, inclusive, um rendimento mensal em razão de aluguel de imóvel. Por outro lado, o pai de Fernando encontra-se com dificuldades financeiras por ter sido demitido recentemente.

A pessoa lesada ingressou com ação indenizatória contra Fernando e seu pai, alegando haver responsabilidade solidária. Conforme constam em provas documentais acostadas aos autos da ação indenizatória, a pessoa sofreu lesão corporal em razão do dano causado por Fernando, que resultou em defeito que a impede de exercer o seu ofício ou profissão. Assim, além das despesas do tratamento, a vítima requer pensão correspondente à importância do trabalho para o qual se inabilitou, e que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

A respeito da situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo que aborde necessariamente os seguintes aspectos:

- ▶ se há responsabilidade do pai em relação ao filho emancipado e, se houver, se esta é solidária;
- ▶ se o menor emancipado responde com o seu patrimônio pelos danos causados;
- ▶ se a pessoa lesada tem direito a pensão conforme solicitado e se, havendo tal direito, a indenização poderá ser arbitrada pelo juiz e paga de uma só vez;
- ▶ se a responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos menores, quando configurada, é objetiva ou subjetiva.

**RASCUNHO – QUESTÃO 2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 3**

José viajou a Las Vegas, nos Estados Unidos, e contraiu dívidas em determinado cassino. Sabendo que, no Brasil, a dívida de jogo não obriga pagamento, nos termos do art. 814 do Código Civil vigente, José retornou ao Brasil sem efetuar o pagamento, razão pela qual o referido cassino ingressou com ação judicial naquele país com a finalidade de cobrar as dívidas. Como em Las Vegas a jogatina é lícita, a justiça local admitiu a ação e encaminhou carta rogatória ao Brasil para que a autoridade judiciária brasileira concedesse o *exequatur* para citar José, para que este se defendesse contra a cobrança de dívida de jogo.

Acerca da situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo que aborde necessariamente os seguintes aspectos:

- ▶ se, para qualificar e reger as obrigações, deve-se aplicar, no Brasil, a lei do país em que se constituíram as referidas obrigações ou a lei brasileira;
- ▶ se há limites para a extraterritorialidade da lei no Brasil, especialmente quanto ao efeito de leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade;
- ▶ se, observada as normas de eficácia da lei no espaço, em vigor no Brasil, a autoridade judiciária brasileira poderá conceder o pedido do tribunal estrangeiro;
- ▶ se a dívida de jogo é uma obrigação natural, e qual o conceito e quais os efeitos de uma obrigação natural;
- ▶ se a competência para homologação de sentenças estrangeiras e concessão de *exequatur* às cartas rogatórias é do STJ ou do STF.

**RASCUNHO – QUESTÃO 3**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	